

Capítulo 6

As crises financeiras internacionais e o Brasil, desde 1928

(...)

Ideias e princípios em confronto no terreno econômico-financeiro	
Escola Liberal	Escola Estruturalista
Contas públicas equilibradas	Indução a investimentos estatais e privados
Emissão monetária ajustada ao crescimento	Estímulos fiscais para gerar emprego
Pouca propensão a políticas setoriais	Controle extensivo sobre setores estratégicos
Sem barreiras ao ingresso de competidores	Regulação intrusiva e escolha de vencedores
Baixa regulação e competição aberta	Extenso rol de normas e fiscalização ativa
Sistema tributário simples e autocontido	Tributação “corretora” para fins distributivos
Juros de mercado, o mais possível livres	Regulação monetária para fins “indutivos”
Independência do Banco Central	Submissão do BC aos objetivos do governo
Câmbio flutuante, livre conversibilidade	Câmbio administrado, restrições às trocas
Liberdade de movimento de capitais	Controle sobre entrada e saída de fluxos
Livre contratação no mercado de trabalho	Legislação compulsória, direitos coletivos
Ausência de restrições ao capital estrangeiro	Regras estritas, segundo interesse nacional

Nota do autor:

Este quadro integra o capítulo 6, sobre as crises financeiras, do livro:

Paulo Roberto de Almeida:

Relações internacionais e política externa do Brasil: a diplomacia brasileira no contexto da globalização

(Rio de Janeiro: LTC, 2012, xx+307 p.; ISBN 978-85-216-2001-3, p. 163)

link: <http://www.pralmeida.org/01Livros/2FramesBooks/RelaIntPExt2011.html>